

Mulheres de favelas e o acesso à internet: Perspectivas de lideranças periféricas do Rio de Janeiro*



Renata Nascimento**
Pâmela Araujo Pinto***

Recibido: 2024-04-15 • Enviado a pares: 2024-04-24
Aprobado por pares: 2024-06-18 • Aceptado: 2024-06-26
<https://doi.org/10.22395/angr.v23n46a05>

Resumo

O artigo analisa a inclusão digital em favelas do Rio de Janeiro, Brasil, com foco no acesso à internet e o uso das tecnologias da informação e comunicação (TIC). Destaca-se a complexidade dos marcadores sociais que permeiam esse contexto, dificultando a inclusão digital, especialmente para mulheres de favelas, devido a fatores como idade, localização geográfica e nível de escolaridade. O estudo propõe uma abordagem intercultural para compreender a baixa presença digital de grupos étnicos e destaca a importância da comunicação intercultural e da interseccionalidade como ferramentas para a transformação social. Utilizando a perspectiva interseccional como metodologia, adotou-se uma abordagem quantitativa, com a coleta de dados a partir de formulários digitais, e qualitativa, com entrevista com lideranças femininas. A partir de uma metodologia que buscou inspiração na etnografia observamos as relações de líderes femininas negras com as TIC de 10 favelas da cidade do Rio de Janeiro, através da entrevista em profundidade, de duas favelas de municípios da Baixada Fluminense, uma da Baixada Litorânea. Desses diálogos, sete entrevistas foram conduzidas fora desses territórios, por questões de segurança das pesquisadoras e das lideranças. O registro de experiências nas periferias permitiu identificar cinco categorias-chave: território, gênero, raça, idade, classe e violência. Os resultados destacam a influência da violência na questão da conexão à internet dentro das comunidades urbanas e a questão da faixa etária no uso das TIC, ressaltando a necessidade de políticas públicas inclusivas e sensíveis às diversas dimensões de exclusão presentes nesses contextos urbanos periféricos.

Palavras-chave: mulher; favela; gênero; interseccionalidade; internet; tecnologia de comunicação; diversidade cultural

* Esta investigação foi realizada com financiamento do edital nº 040/2022 Pró-Humanidades do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico - CNPq da Universidade Federal de Viçosa, Minas Gerais, Brasil, do qual fazem parte os autores.

** Pesquisadora do Programa de Extensão Rural da Universidade Federal de Viçosa, Minas Gerais, Brasil. Correio eletrônico: renascsilva1@gmail.com ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-7035-7940>

*** Professora do Programa de Pós-Graduação em Informação e Comunicação em Saúde da Fundação Oswaldo Cruz (Fiocruz), Rio de Janeiro, Brasil. Correio eletrônico: pinpamela@gmail.com, ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-9699-7073>

Favela Women and Internet Access: Perspectives from Peripheral Leaders in Rio de Janeiro

Abstract

This article analyzes digital inclusion in the favelas of Rio de Janeiro, Brazil, with an emphasis on internet access and the use of information and communication technologies (ICTs). It highlights the complexity of social factors in this context, making digital inclusion difficult, especially for women from favelas, due to traits such as age, geographical location, and level of education. This study proposes an intercultural approach to understanding the low digital presence of ethnic groups and highlights the importance of intercultural communication and intersectionality as tools for social transformation. Using a methodology inspired by ethnography, we observed the use by Black female leaders of ICTs in 10 Rio de Janeiro favelas, through in-depth interviews in two favelas from the Baixada Fluminense municipalities and one from the Baixada Litorânea. Of these dialogues, seven interviews were conducted outside these territories to safeguard the safety of researchers and leaders. The recording of experiences in the peripheries allowed us to identify five key categories: territory, gender, race, age, class, and violence. The results highlight the influence of violence as a factor in internet connection in urban communities and age as a factor in the use of ICTs, underscoring the need for inclusive public policies that are sensitive to the various dimensions of exclusion present in these urban peripheral contexts.

Keywords: woman; favela; gender; intersectionality; internet; Communication technology
Cultural diversity

iMujeres de favelas y acceso a internet: perspectivas de lideresas periféricas de Río de Janeiro

Resumen

El artículo analiza la inclusión digital en las favelas de Río de Janeiro, Brasil, centrándose en el acceso a internet y el uso de las tecnologías de la información y la comunicación (TIC). Destaca la complejidad de los factores sociales que condicionan este contexto dificultando la inclusión digital, especialmente para las mujeres de las favelas, debido a condicionantes como edad, localización geográfica y nivel educativo. El estudio propone un enfoque intercultural para entender la baja presencia digital de los grupos étnicos y destaca la importancia de la comunicación intercultural y la interseccionalidad como herramientas de transformación social. Utilizando la perspectiva interseccional como metodología, se adoptó un enfoque cuantitativo con datos recogidos a través de formularios digitales, y otro cualitativo, con entrevistas a mujeres líderes. Utilizando una metodología inspirada en la etnografía, observamos la relación entre las lideresas negras y las TIC en 10 favelas de la ciudad de Río de Janeiro, a través de entrevistas en profundidad en dos favelas de municipios de la Baixada Fluminense y una de la Baixada Litorânea. De estos diálogos, siete entrevistas se realizaron fuera de estos territorios, para resguardar la seguridad de las investigadoras y de las lideresas. El registro de las experiencias en las periferias permitió identificar cinco categorías clave: territorio, género, raza, edad, clase y violencia. Los resultados destacan el impacto de la violencia en la cuestión de la conexión a Internet en comunidades urbanas y el efecto de la edad en el uso de las TIC, y destacan en la necesidad de políticas públicas inclusivas y sensibles a las diversas dimensiones de exclusión que se manifiestan en estos contextos urbanos periféricos.

Palabras clave: mujer; favela; género; interseccionalidad; internet; tecnología de la comunicación; diversidad cultural.

Introdução

No Brasil, em 2023, apenas 84 % da população está conectada à rede, apesar da internet ser considerada um direito humano pela ONU desde 2011 (La Rue, 2011). Dos 29 milhões de desconectados no país, 24 milhões vivem em áreas urbanas, 17 milhões se declararam pretos ou pardos e 17 milhões pertencem às classes D e E. O levantamento feito pelo Centro Regional de Estudos para o Desenvolvimento da Sociedade da Informação – Cetic (2024), conclui que a exclusão digital no país *é vivenciada, sobretudo*, nas periferias urbanas. Nas classes de menor renda (D e E), 87 % das pessoas acessam a internet exclusivamente pelo celular. Pretos (64 %) e pardos (63 %) têm o aparelho como principal suporte de acesso à rede. Esses indicadores apontam para a exclusão digital como um fator de reforço das desigualdades sociais, étnico-raciais e regionais no Brasil (Stevanim e Murtinho, 2021), que distanciam cidadãos dos direitos e políticas públicas.

Este artigo delimitou territórios periféricos do Rio de Janeiro, para refletir acerca da democratização do acesso às tecnologias de informação e comunicação (TIC) sob a perspectiva das mulheres moradoras de favelas da cidade do Rio de Janeiro e de cidades da Baixada Fluminense. A investigação adotou a perspectiva da interseccionalidade para articular marcadores sociais de gênero, raça, território e problematizar os potenciais impactos da exclusão digital urbana. O estudo insere-se no escopo da pesquisa "Dos quilombos às favelas: mulheres negras, interseccionalidade e acesso às tecnologias de informação e comunicação". A pesquisa original analisa de modo comparado reflexos do acesso às TIC em territórios rurais e urbanos no Brasil.

As pessoas que vivem nas regiões periféricas, ou nas regiões remotas, como os indígenas, são os grupos mais afetados pela exclusão digital. Esse contexto é preocupante porque mostra uma correlação entre desigualdade social e *desigualdade digital*. A desconexão digital pode dificultar o acesso dos indivíduos aos benefícios, aos direitos e ao desenvolvimento de suas competências intelectuais. A percepção desses fatores ajuda a pensar nos diversos ritmos/modos de inclusão digital que considera a diversidade cultural, territorial e social para formulação de políticas públicas de caráter inclusivo.

Estima-se que no Brasil existem 5,8 milhões de domicílios em favelas com 17,9 milhões de moradores (Agência Brasil, 2023). O país tem mais de 10 mil favelas e comunidades urbanas e dentro desses espaços há diferenciações culturais, econômicas, étnico raciais e sociais que impactam a vida dos moradores (Carvalho & Netto, 2023) e precisam ser levadas em consideração no processo de inclusão digital. Considera-se que alguns aspectos sociais do dia a dia dos moradores das favelas, como a violência territorial, podem se constituir como fatores de impacto no acesso à tecnologia digital. Esta realidade mitiga as oportunidades de transformações sociais e

econômicas baseadas nas TIC e pode enfraquecer a interação cultural dentro e fora do território. Em um mundo cada vez mais globalizado, acredita-se que uma estratégia de inclusão digital, adaptada para a população periférica e voltada para atender à realidade em que vivem, pode ser uma ferramenta para a transformação econômica, social, cultural e para o fortalecimento da cidadania.

Lima e Prates (2015) destacam o papel da educação como fundamental para redução das desigualdades raciais no Brasil. Os autores apontam, por meio do cruzamento de dados oficiais, que a condição racial é um atributo importante no entendimento das desigualdades sociais no Brasil. Em relação as desigualdades raciais, os autores reiteram que o processo histórico de desvantagens socioeconômicas colocou a população negra na base de pirâmide social. Lima e Prates (2015) sinalizam que as desigualdades raciais diminuíram nas últimas décadas e que o acesso à educação, sobretudo a superior, foi um fator determinante para reduzir a desigualdade racial. No entanto, a exclusão digital é um fator de impacto no processo de ensino-aprendizado no contexto brasileiro. Stevanim e Murtinho (2021) reiteram o impacto da desconexão durante a pandemia de COVID-19 no qual o ensino e atividades laborais migraram para o ambiente digital, no contexto do distanciamento social no primeiro ano da pandemia.

Conforme a UNESCO (2007), a diversidade cultural se fortalece mediante a livre circulação de ideias, trocas constantes e interação entre culturas. Para que haja esse movimento *é necessário a proteção, o reconhecimento da igual dignidade* entre os indivíduos, o respeito por todas as culturas, incluindo das pessoas pertencentes as minorias e aos povos indígenas, assim como, a promoção das expressões culturais. A manifestação da diversidade cultural ocorre por meio dos diversos modos de criação, produção, distribuição e fruição das expressões culturais, quaisquer que sejam os meios e tecnologias empregados. Desse modo, entende-se que o às tecnologias de comunicação e informação possibilita o desenvolvimento e o aprimoramento de competências sociais, intelectuais, entre outros. Também fortalece o intercâmbio de informação e experiência, além da troca de conhecimento especialmente em países em desenvolvimento. Logo, a inclusão digital pautada na preservação da diversidade e na promoção da cidadania constitui um desafio para os poderes institucionais — estadual, municipal e federal —, para sociedade civil, as universidades e empresas que trabalham no processo de inclusão digital.

Desse modo, este trabalho discute a inclusão digital nas comunidades urbanas/favelas dentro de uma perspectiva intercultural, pois compreende que esse aporte teórico é relevante na promoção de políticas públicas digitais que estimule a interação, a compreensão e o respeito entre as diferentes culturas e grupos étnicos internos e externos. Conforme Néstor García-Canclini (2004), as diferenças étnicas, nacionais,

de gênero e desigualdades geradas especialmente por razões econômicas e educacionais, podem ser modificadas pelos processos de conexão. O autor não destaca que os aparatos digitais podem acentuar as desigualdades existentes. No entanto, cabe ao poder público a adoção de políticas públicas que viabilizem o acesso à Internet e o uso das TIC. O diálogo entre as TIC e a comunicação intercultural possibilitam a integração de diferentes culturas e o aprendizado de outros modos de ser, estar e ver o mundo, levando a promoção da diversidade cultural promovida na UNESCO.

Segundo Arretche (2019), existe uma geografia da desigualdade dentro da mesma cidade, com ofertas de serviços de internet de qualidade nas zonas comerciais e residenciais das elites em contraposição aos bairros periféricos, favelas e comunidades (CGI, 2019). Além disso, de acordo com Camila Carvalho e Vinicius Netto (2023), são nesses territórios onde vivem a maioria negra do Brasil. Essa informação é ratificada pelo Instituto Brasileiro de Análises Sociais e Econômicas (Ibase, 2022)¹, o qual afirma que 67 % das pessoas presentes nas favelas são negras, média acima da nacional, que é de 55 % da população brasileira.

Esse cenário em certa medida ajuda elucidar porque os negros e os pobres são os que mais sofrem com a exclusão digital. Segundo o Cetic.br (2024), o custo da conexão foi o motivo citado com mais frequência para a falta do serviço (59 %), e foi o mencionado em maior proporção como o motivo principal (28 %) entre os 23.292 brasileiros que participaram da pesquisa. No que tange à velocidade da conexão, em 2022, 28 % domicílios com acesso à internet tinham conexões contratadas com velocidades superiores a 50 Mbps, proporção maior do que a observada em 2021 (23 %).

O artigo buscou se inspirar numa abordagem etnográfica como método de pesquisa para narrar o processo de construção do campo, analisando o material por meio da perspectiva da interseccionalidade. Esta é usada como ferramenta analítica de uma práxis crítica, na qual raça, gênero, sexualidade, capacidade física, status de cidadania, etnia, nacionalidade e faixa etária são construtos inter-relacionados que moldam diversos fenômenos e problemas sociais. Segundo Isabel Travancas (2015), o método etnográfico se manifesta quando o pesquisador começa a narrar o caminho de pesquisa e as lógicas que constituem o campo de estudo.

Já, a perspectiva interseccional orienta a fundamentação teórica do estudo, a seleção dos instrumentos de coleta de dados e a postura das pesquisadoras no campo, levando em conta a complexidade de fatores que atravessam o corpo dessas mulheres que são negras, trabalhadoras e mães. Por conseguinte, utilizamos a visão da interculturalidade no intuito de suscitar debates sobre políticas e práticas que estimulem a interação, a compreensão e o respeito entre os diferentes modos de existência nas favelas. Desse modo, a comunicação intercultural e a perspectiva interseccional se

¹ Instituto Brasileiro de Análises Sociais e Econômicas - ibase. (2022). Favelas – uma condição urbana de caráter nacional. Consultado 26 de setembro de 2024. <https://shre.ink/DKox>

relacionam nesse estudo a fim de evidenciar as múltiplas narrativas que podem afetar os moradores do território, que, por vezes, têm os seus direitos constantemente ameaçados e negados, incluindo o direito à voz. Essa negação dificulta a implementação de políticas públicas digitais voltadas às necessidades dos moradores.

Para tal, o artigo está estruturado da seguinte maneira: a primeira parte apresenta uma discussão teórica sobre "a favela e a diversidade territorial", para problematizar a pluralidade do território. A segunda parte discorre sobre os percursos metodológicos. A seguir, apresentamos os marcadores sociais da pesquisa: gênero, raça e território e a influência deles no acesso à internet e no uso das TIC. A quarta parte abarca o resultado dos dados quantitativos, seguido da conclusão que aponta a violência territorial e a faixa etária como marcadores de desconexão.

A favela e a diversidade territorial

Neste artigo, adotamos a concepção de território proposta por Milton Santos (2001), a qual vai além da mera sobreposição de moradias e sistemas naturais. Para o autor, território é o espaço vivido, é o sentimento de pertencimento àquilo que nos define, é a identidade. É a base do trabalho, da residência, das trocas materiais e espirituais, e, da vida, sobre a qual influi (Santos, 2001).

A definição de Milton Santos (2001) considera como os espaços promovidos pela comunidade negra incentivam uma rede de solidariedade. A favela, inclusive, podendo ser entendida em sua articulação como redes de solidariedade internas ou externas que integram moradores e adjacências. A rede interna diz respeito aos moradores e a externa refere-se a *ações* de voluntários ou governamentais. Elas fundamentam estratégias de vida, de acesso a direitos sociais e políticas públicas, práticas de proteção social e acolhimento físico de pessoas que perderam seus locais de moradia (Leite e Silva, 2007). Segundo o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE (2024), "favela" refere-se a "processo de produção desigual do espaço sob a ótica da territorialização através da dinâmica da economia política das cidades e do movimento contraditório entre reprodução social e reprodução econômica" (IBGE, 2024, p. 51). Em 2024, o IBGE comunicou que, a partir de amplo debate com movimentos sociais, comunidades acadêmicas e órgãos governamentais, os conceitos de favela e "comunidades urbanas" foram resgatados em sentido comum. As duas denominações são usadas pelo órgão desde 1950, a partir de uma nova abordagem do Instituto que tomou por modelo as projeções da ONU-Habitat (IBGE, 2024).

Conforme os dados publicados pela Agência Brasil (2023)², a partir da pesquisa Data Favela, existem no Brasil 5,8 milhões de domicílios em favelas com 17,9 milhões

2 Comunicamos que os dados coletados no Censo de 2022 estão atualmente em fase de apuração pelo órgão responsável.

de moradores. Segundo o Censo de 2010³, IBGE, na região metropolitana do Rio de Janeiro existem 763 favelas, que abrigam 22 % da população da região (Olerj, s. f.). Estas estão localizadas em várias áreas da cidade. O Centro e os bairros das Zonas Sul e Norte congregam as ocupações mais antigas, por exemplo, o Morro da Providência, com registros de fundação no final do século XIX (Museu Comunitário da Providência⁴, 2024). Nos bairros de Ipanema, Gávea e São Conrado encontram-se de longa data as ocupações de encostas de morro como a Rocinha (Gávea), o Vidigal (São Conrado) e o Cantagalo-Pavãozinho (Ipanema/ Copacabana).

Em outras localidades, observam-se ocupações próximas às linhas férreas e à Avenida Brasil, tais como as favelas do Jacarezinho, da Maré e do Morro do Alemão. De caráter mais recente, se comparada ao Centro, ocorrem movimentos de grande projeção em direção à Zona Oeste, como é o caso do Rio das Pedras, a terceira maior favela do país, e da Cidade de Deus, cenário do filme do mesmo nome. Reconhecida como o território mais violento do município do Rio de Janeiro, sua origem remonta à década de 1960, quando pessoas removidas de outras favelas, por ordem do governo do estado, passaram a reconstruir ali a sua moradia.

A favela é vista como local precário, espaço historicamente de pessoas negras descendentes de escravizados, de sujeitos socioeconomicamente vulneráveis. Isso faz com que o morador de favela, negro, pobre e a própria favela inscrevam-se no imaginário da sociedade como legítimos representantes da violência e de tudo o mais que esta signifique. Essa dinâmica tem efeito paralisante sobre os moradores que buscando se afastar do caráter negativo que o território passou a representar, adotam o termo “comunidade”, na tentativa de se preservarem da visão estigmatizada e serem aceitos. Conforme Renata Souza, ainda que os moradores tenham utilizado a expressão “comunidade” para fugir do preconceito, eles eram sabedores de que “seu interlocutor já desconfia que eles moram em favela, muitas vezes essa distinção é crucial para a conquista de um emprego” (Souza, 2018, p. 14).

Sueli Carneiro (2023) insere a racialidade em uma dimensão social e relacional, de grupos racialmente demarcados, sob os quais pesam concepções históricas culturalmente construídas acerca da diversidade humana. Logo, o conceito de dispositivo de racialidade, cunhado pela autora seria um elemento estruturante nas relações. Ele se compõe tanto de elementos discursivos como de elementos não discursivos que incluem as organizações arquitetônicas (Carneiro, 2023). No Brasil são inúmeros esses espaços, passados ou contemporâneos, tais como: Casa Grande versus Senzala; Elevador social versus Elevador de serviço; Asfalto versus Favela. Esses binômios,

3 Os dados do censo de 2022 ainda não foram liberados em sua integralidade pelo IBGE.

4 Disponível em: <https://museumorrodaprovidencia.blogspot.com>. Acesso em 08 abril 2024.

já entranhados no imaginário do brasileiro e na estrutura social do país, representam a intersecção histórica entre negritude e territorialidade.

Tanto para Beatriz Nascimento (2021) quanto Lélia Gonzalez (2020), Antonio Bispo (2023), Andreilino Campos (2010) e Mariléa de Almeida (2022), favelas e quilombos se correlacionam. Segundo Andreilino Campos (2010), os espaços quilombolas foram transmutados em favelas. Desse entendimento inferem-se pontos em comum aos dois espaços. Percebe-se, que o termo quilombo é atravessado por variados discursos. E que quilombos e favelas compartilham a especificidade da solidariedade, resistência e mobilização, conexão que se dá pela continuidade histórica do quilombo para a favela, como faz ver Clóvis Moura (2020).

Após o fim da escravidão no Brasil, declarado em 1888, o povo negro continuou se aquilombando no processo de ocupação dos morros e terrenos abandonados, que posteriormente viriam a se tornar as favelas. A interpretação histórica de Clóvis Moura (2020) é ecoada por Andreilino Campos (2010), que argumenta que os espaços quilombolas se transformaram em favelas devido à negligência do Estado para com os libertos. Por fim, Antonio Bispo (2023) corrobora essa comparação, a partir dos modos de vida, luta e resistência ao poder hegemônico. Para o pensador, favela e quilombo são espaços de resistência, quando a partir dos saberes locais, produzem ações contra coloniais:

Não fizemos os quilombos sozinhos. Para que fizéssemos os quilombos, foi preciso trazer os nossos saberes de África, mas os povos indígenas daqui nos disseram que o que lá funcionava de um jeito, aqui funcionava de outro. Nessa confluência de saberes, formamos os quilombos, inventados pelos povos afroconfluentes, em conversa com os povos indígenas. No dia em que os quilombos perderem o medo das favelas, que as favelas confiarem nos quilombos e se juntarem às aldeias, todos em confluência, o asfalto vai derreter! (Bispo, 2023, p. 27)

Essa confluência entre o quilombo e a favela, seja histórica ou contemporânea, indica a estigmatização do negro, favelado e pobre como fruto da junção de estereótipos decorrentes tanto do período colonial – a escravidão – quanto da segregação atual – causada pela ausência de políticas públicas. O que explica o movimento dos moradores de favela em favor da expressão “comunidade” ao invés de “favela”.

Muito embora, Renata Souza (2018), ao questionar os moradores sobre qual termo mais utilizam, em pesquisa de doutorado na favela da Maré, tem ouvido deles que preferem o termo favela. Para a pesquisadora, isto tem por razão, o fato de os moradores reconhecerem que a utilização do termo é essencial na sua resignificação e na disputa discursiva com o Estado. Ao usarem “favela”, eles se apresentam como “favelados”/“mulheres de favela”. Conforme Souza:

Reivindicar-se favelado faz parte ainda da luta pelo direito à vida. Isso porque todo o preconceito sobre a favela se reverte em uma política pública de segurança que não preconiza a preservação da vida das pessoas. (Souza, 2018, p. 31)

Nilza Nunes (2015) estuda o termo “mulher de favela” e afirma que durante sua pesquisa de campo percebeu que os moradores faziam referência ao território ora como favela, ora como comunidade, de acordo com a motivação, a interlocução. Assim, usar os termos favela e favelado significa lutar por identidade, representatividade e reconhecimento de uma sociedade desigual. Portanto, ao falarmos das “mulheres de favela” estamos fazendo alusão ao conceito de Nilza Nunes (2015) que se refere:

conceituamos essa mulher como aquela que possui um compromisso político que nem sempre a coloca em uma condição de fazer política nos moldes institucionais ou partidários. Muito pelo contrário, caminham por novos trilhos de fazer política na base, ocupando espaços de participação social, seja nos movimentos da sociedade civil, seja através dos conselhos de direitos ou, mesmo, de suas organizações comunitárias. (Nunes, 2015, p. 6)

Esse termo já se fazia presente nos trabalhos de Beatriz Nascimento (2021), Lélia Gonzalez (2020) e outras teóricas feministas negras, e em trabalhos literários; como os escritos por Carolina Maria de Jesus⁵. Nestes, as autoras relatam a difícil vida das mulheres negras que vivem nas favelas e a importância delas dentro do movimento de favela. Consoante Lélia Gonzales, esses sujeitos “possuem a posição de viga mestra de sua comunidade” (Gonzalez, 2020, p. 33). Isso porque, elas são catalisadoras de uma “ética de cuidado” (Collins, 2009) que transcende a família e se aplica à comunidade. A presença delas nos movimentos de favela é altamente representativa (Gonzalez, 2020), por apresentar as demandas estruturais, tanto internas como externas, das necessidades ligadas às crianças, aos adolescentes, à saúde de mães que não podem trabalhar porque precisam cuidar dos seus filhos, dos idosos que vivem na região e precisam se locomover e tantos outros casos.

Essa presença vem se construindo desde a década de 1990 a partir desta inserção feminina na política comunitária, governamental e em espaços socialmente segregados. Podemos tomar de exemplo, as histórias de Benedita da Silva⁶ e Jurema

5 Carolina Maria de Jesus (1914/1977) foi uma escritora brasileira que se destacou por seus relatos, em forma de diários, acerca da sua dura realidade na favela. *Quarto de despejo*, publicado em 1960, seu primeiro livro, narra suas vivências na favela, sobre como sobrevivia à fome com seus filhos. Sua história é um relato ainda atual da condição de vida de muitas outras mulheres nas favelas do Brasil (Jesus, 2015). Segundo matéria do jornal *El País*, a escrita Carolina Maria de Jesus foi descoberta pelo jornalista Audálio Dantas, mas os dois tiveram uma relação conflituosa (Brum, 2021).

6 Primeira senadora negra do Brasil, ativista política do Movimento Negro e feminista, Benedita Sousa da Silva nasceu no dia 26 de abril de 1942, no Hospital Municipal Miguel Couto, no Rio de Janeiro. Residia junto à família na favela da Praia do Pinto, no Leblon. A comunidade, não mais existe, tendo sido demolida nos anos 60, por razão de um incêndio.

Batista⁷. A visibilidade de ambas traz ao debate acadêmico, político e social a intersecção entre território, raça, gênero e acesso à direitos sociais, mostrando que as mulheres negras se diferenciam por estarem sempre reivindicando seus direitos, a partir do seu lugar social que é diverso, principalmente quando falamos das favelas do Estado do Rio de Janeiro.

Metodologia

Essa pesquisa tem caráter exploratório e qualitativo e foi executada em três fases: (1) revisão bibliográfica sobre as temáticas de território, com ênfase nas favelas e na interseccionalidade. Esta fase permitiu identificar os possíveis riscos associados à pesquisa. No contexto deste estudo, que aborda mulheres de favelas, uso das TIC e acesso à internet, os riscos incluíram ameaças à vida das pesquisadoras e dos informantes. Por essa razão, as identidades das pessoas entrevistadas foram mantidas em sigilo. (2) Após a revisão bibliográfica, iniciamos a pesquisa qualitativa com inspiração etnográfica. A escolha deste método se justificou pela necessidade de compreender as diversas experiências de mulheres de favelas com as TIC. (3) A condução de entrevistas foi feita em duas etapas: a primeira com um questionário misto (contendo perguntas abertas e fechadas), aplicado entre agosto de 2023 e abril de 2024; e a segunda com entrevistas em profundidade, realizadas entre março e abril de 2024. Optamos por combinar questionário misto (perguntas abertas e fechadas) e entrevistas semiestruturadas, acreditando que essa junção enriqueceria a pesquisa. O questionário inicial ajudou a estabelecer contato com lideranças de favelas, explicar o objetivo da pesquisa, mapear as entrevistadas e identificar dados importantes para serem aprofundados nas entrevistas de campo. Durante as mesmas, observamos a maneira como as entrevistadas se expressavam, o tom de voz, o entusiasmo ao abordar determinados assuntos, as eventuais contradições no discurso e a possível dificuldade em discutir temas complexos.

Outro aspecto relevante foi a elaboração de critérios para a escolha das entrevistadas, que incluía a atuação como lideranças em seus territórios e/ou em temáticas sociais relevantes ao contexto das TIC; morar nesses territórios, e serem mulheres negras (pretas e pardas). Utilizamos a técnica de amostragem conhecida como “bola de neve”, conforme descrita por Juliana Vinuto (2014), que se baseia em redes de referência e é amplamente utilizada em pesquisas qualitativas por permitir o acesso a grupos de difícil alcance. Para contatar as lideranças entrevistadas, utilizamos múltiplos caminhos, visando alcançar o maior número possível de entrevistas em diversas áreas do estado do Rio de Janeiro. Os contatos foram estabelecidos por meio da rede de

7 Política brasileira, feminista negra e ativista pelos direitos humanos; foi eleita vereadora em 1992, 1996, 2000 e deputada estadual em 2002, do Rio de Janeiro, pelo Partido dos Trabalhadores (PT). Nascida e criada na favela do Andaraí, no Rio de Janeiro. Foi indicada ao Prêmio Nobel da Paz, em 2005.

pesquisadores Wikifavelas⁸, grupos de WhatsApp das próprias pesquisadoras e grupos no Facebook. No caso do Facebook, foram escolhidos quatro grupos para estabelecer contato: "ANF - Agência de Notícias das Favelas"⁹, "Favela Santa Marta"¹⁰, "Favelas do Rio de Janeiro: Trocas de Ideias e Informações"¹¹ e "A Ponte para Pretxs"¹². Esses grupos virtuais foram fundamentais para mobilizar participantes para a pesquisa.

O início da pesquisa foi marcado pela criação de conexões entre a equipe do projeto e pesquisadores que já gozavam de familiaridade com territórios periféricos no Rio de Janeiro. O estudo é feito a partir da Fundação Oswaldo Cruz (Fiocruz), instituição de saúde pública fundada em 1900 no Rio de Janeiro que tem sua sede em Manguinhos, na Zona Norte do Rio de Janeiro. A instituição realiza atividades de ensino, pesquisa e extensão e desenvolve projetos com instituições e atores sociais de favelas no Rio de Janeiro.

Expusemos a necessidade de uma mediação com lideranças negras em territórios periféricos da região metropolitana do Rio de Janeiro. Essa conexão foi essencial para que estabelecêssemos contato com o território e com os sujeitos que constituem esse espaço, principalmente para o refinamento do roteiro de entrevista e do questionário.

Após a fase de familiarização com o campo, avançamos para o desenvolvimento dos instrumentos de coleta, incluído questionário via formulário eletrônico e um roteiro semiestruturado para entrevistas com os moradores das comunidades urbanas. O questionário serviu para subsidiar as entrevistas sendo enviado por e-mail para os contatos fornecidos pelo Wikifavelas, também ocorreu compartilhamento em grupos de WhatsApp das pesquisadoras e em comunidades virtuais no Facebook mencionadas anteriormente. O questionário é constituído de 60 questões: 21 respostas abertas e 39 respostas fechadas e apresenta os quatro eixos temáticos deste estudo: (1) identificação da participante; (2) identificação da comunidade; (3) uso e acesso às tecnologias de informação e comunicação; (4) marcadores sociais de diferença. Entre agosto de 2023 e abril de 2024, obtivemos 28 respostas com a aplicação desse instrumento de pesquisa. Após a circulação do questionário digital, seguimos

8 Trata-se de um grupo de pesquisadores que desenvolveram uma plataforma digital de acesso livre, destinada à coleta e produção de conhecimentos sobre favelas e periferias. Esta plataforma promove a coleta e a criação colaborativa de saberes acerca das favelas e periferias em todo o Brasil, facilitando a conexão entre uma rede de parceiros, que inclui tanto instituições acadêmicas quanto organizações que geram conhecimentos dentro das próprias comunidades.

9 ANF - Agência de Notícias das Favelas Compartilhamento do formulário da pesquisa. Facebook. <https://www.facebook.com/groups/agenciadenoticiasdasfavelas> Acesso 11 de março de 2024

10 Favela Santa Marta. Compartilhamento do formulário da pesquisa. Facebook. <https://www.facebook.com/groups/191195787678820> Acesso 13 de março de 2024

11 Favelas do Rio de Janeiro. trocas de ideias e interesses. Compartilhamento do formulário da pesquisa. Facebook. <https://www.facebook.com/groups/880180352728322> Acesso 14 de março de 2024

12 A Ponte Para Pretxs! Compartilhamento do formulário da pesquisa. Facebook. <https://www.facebook.com/groups/3724530880984537> Acesso 14 de março de 2024

para a elaboração do roteiro semiestruturado de entrevistas. O material foi dividido em três eixos: (1) formação e desenvolvimento como liderança; (2) conexão, território e marcadores sociais da diferença; (3) mídias sociais digitais. As entrevistas foram agendadas levando em consideração a disponibilidade dos participantes, proximidade física e fatores de segurança para os pesquisadores, especialmente devido a possíveis interferências policiais nos territórios selecionados. Por conta disso, algumas entrevistas foram realizadas via Google Meet, quando havia conectividade e interesse do entrevistado. Dentre as entrevistas realizadas com o suporte dessa ferramenta, observamos que, em alguns períodos, o sinal de internet se mostrou insuficiente para a realização adequada do diálogo. Diante disso, informamos que 8 lideranças participaram desta etapa de estudo.

As técnicas empregadas, incluindo o questionário digital e roteiro de entrevistas, foram fundamentadas teoricamente nas perspectivas da interseccionalidade (Collins, 2022; Crenshaw, 2002; Gonzalez, 2020) e na visão intercultural (García Canclini, 2004; Walsh *et al.*, 2018). A aplicação da teoria da interculturalidade se deu pela compreensão de que ela abrange processos políticos relacionados às desigualdades, vinculadas à sociologia, cujos teóricos costumam analisar os movimentos que promovem igualdade e os que aumentam a disparidade e a desconexão. Pesquisadores como Deivison Faustino, Walter Lippold e Sergio Amadeu (2022) mostram que as tecnologias digitais, os algoritmos e seus modos de tratamento e armazenamento, bem como os fluxos de dados, não beneficiam todas as populações nem enriquecem do mesmo modo todas as comunidades e localidades. Com base nisso, iremos apresentar as categorias criadas a partir da análise dos dados quantitativos e qualitativos, juntamente com uma análise descritiva, interpretativa e de inspiração etnográfica, e em seguida os dados quantitativos.

Marcadores sociais nas favelas que impactam o acesso às TIC

O IBGE sinalizou, em 2010, a existência de 3.220.713 domicílios em áreas denominadas aglomerados subnormais, sendo 616.814 deles situados no Rio de Janeiro. Os dados do Censo de 2022¹³ ainda estão sendo compilados¹⁴. Conforme análise da Agência Nacional de Telecomunicações (Anatel)¹⁵, esses territórios possuem oferta de banda larga móvel de baixa qualidade. O documento acrescenta que nas áreas de maior concentração de moradores de baixa renda, as dificuldades na oferta de banda larga e o acesso

13 Censo (2022). Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/geociencias/organizacao-do-territorio/tipologias-do-territorio/15788-favelas-e-comunidades-urbanas.html> Acesso: 26 de setembro de 2024

14 Conforme o site do IBGE, os dados do Censo de 2024 ainda estão sendo divulgados. Disponível em <https://www.ibge.gov.br/calendario-de-divulgacoes-novoportal.html> Acesso em 25 de junho de 2024

15 Disponível em: <https://www.gov.br/mcom/pt-br/noticias/2023/abril/conselho-gestor-do-fust-aprova-projeto-piloto-para-levar-internet-movel-5g-as-favelas>. Acesso em 24 de janeiro de 2024.

de ordem inferior, se comparado aos de outras localidades, impactam sensivelmente no desenvolvimento econômico e social dessas regiões.

Outro fator de destaque nos estudos, em relação à tecnologia e território é a “vulnerabilidade digital” (Junqueira & Botelho-Francisco, 2021), a ser entendida como insuficiência ou impotência na geração de defesa e proteção aos indivíduos e grupos sociais, na forma de inseguranças, superexposições, exclusões e ameaças experimentadas gradativa e cumulativamente pelo sujeito contemporâneo na sua vivência digital cotidiana. O termo em questão torna-se relevante, pois permite analisar expressões como inclusão, exclusão, lacuna, entre outras, como categorias analíticas que observam as dinâmicas de diferentes atores sociais, humanos e não humanos, na interação com a tecnologia digital. Essa interação vai além de uma simples dicotomia entre ter e não ter, estar e não estar, ser e não ser, carregando consigo a pluralidade e as contradições das relações sociais, políticas, econômicas e culturais (Junqueira e Botelho-Francisco, 2021, p. 68). Essa perspectiva destaca a importância de se considerar os diversos aspectos necessários à *análise* dos diferentes usos potenciais e produtivos das tic pelos grupos marginalizados. Assim, pensar o acesso à internet como garantia de um direito básico é essencial para superar as vulnerabilidades digitais (Junqueira e Botelho-Francisco, 2021) que dizem respeito a desigualdades sociais, econômicas e culturais, transmitidas de uma geração para outra. Logo, a inclusão social refere-se à possibilidade de indivíduos, famílias e comunidades participar da vida social e ter maior autonomia sobre suas vidas (Warschauer, 2004). Envolve a redução dos danos sociais, do ponto de vista da luta contra a desigualdade, principalmente entre aqueles que estão na base da pirâmide social.

Nesse sentido, o conceito de interculturalidade, conforme definido por Walsh *et al.* (2018), como um movimento voltado à construção de um conhecimento outro, de uma prática política outra, de um poder social outro e sociedade outra, baseado na relação com o outro e em oposição à modernidade, se relaciona com a perspectiva interseccional. Este termo, que deriva mais de movimento étnico-social do que de uma instituição, visa a justiça social e o reconhecimento de diversos elementos – raça, classe, gênero e território, por exemplo – que afetam o indivíduo (Crenshaw, 2002). Além disso, a perspectiva interseccional considera que as categorias de raça, classe, gênero, território, capacidade, etnia e faixa etária – entre outras – como elementos que influenciam e moldam as relações sociais em sociedade. São *inter-relacionadas e moldam-se mutuamente* (Collins e Bilger, 2020). Assim sendo, tanto a interculturalidade quanto a interseccionalidade reconhecem a vasta heterogeneidade de elementos sociais que caracterizam os processos sociais.

O reconhecimento dessa heterogeneidade é estratégico para resolver problemas sociais e formular políticas públicas, principalmente para as comunidades urbanas/favelas.

As favelas do Rio de Janeiro são plurais. É difícil falar em favela no singular, pois cada território apresenta peculiaridades que geram experiências de vida, de sociabilidade e oportunidades muito variadas para os seus moradores. Isso significa que, dentro de um mesmo território, os moradores têm percepções e necessidades diferentes. Este cenário precisa ser levado em consideração na elaboração de políticas públicas de inclusão digital e deve ser explicado à população.

Um exemplo a ser considerado para a implementação do acesso digital nas favelas é a questão da violência territorial e a presença do crime organizado, que pode ser representado pela milícia ou pelo tráfico, dependendo da área, controla o sinal e a instalação de cabos de internet (Glebbeek & Koonings, 2016). Diversos veículos de comunicação já abordaram essa realidade, como o jornal *O Globo*¹⁶, portal *UOL*¹⁷ e jornal *Extra*¹⁸. Durante entrevistas realizadas em fevereiro de 2024 com líderes comunitária de Santa Cruz e da Vila Kennedy, foi mencionado que o serviço de internet nessas localidades é controlado pelo crime organizado, que o sinal é ruim, não existindo empresas privadas na localidade que ofereçam o serviço.

Em entrevista com a participante M, de Santa Cruz, chamou atenção a decisão dela e do marido em *não utilizar a internet local, optando por adquirir um chip da empresa de telecomunicação*. Questionada se era uma questão política, a entrevistada explicou que ambos sentiam receio em adquirir o serviço local; pois, ao utilizar o serviço do território, estariam entregando documentos nas mãos dos “responsáveis locais” e não teriam a quem recorrer em caso de problemas. Por outro lado, ao contratar uma empresa legalizada teriam mais garantias e poderiam acionar o Procon em caso de problemas.

A liderança V, da Vila Kennedy, compartilhou uma situação semelhante. O serviço de internet na região é controlado pelo tráfico, e devido ao tamanho considerável do território, o acesso em alguns pontos é bastante precário. Segundo a líder comunitária, a Vila Kennedy abriga cerca de 100 mil moradores e possui 50 mil eleitores, o que evidencia a extensão do território. Ela explicou que essa vastidão resulta em diferentes “localidades” dentro da comunidade, cada uma com sua própria liderança. Isso leva a uma diversidade de lideranças que por vezes colaboram e outras vezes atuam de forma independente.

Em relação ao acesso digital, a maioria dos moradores da Vila Kennedy utiliza a internet pelo celular, e aqueles que não possuem pacotes de dados móveis costumam

16 Disponível em: <https://oglobo.globo.com/rio/noticia/2023/09/11/internet-controlada-por-facao-dificulta-instalacao-de-cameras-em-fardas-nas-upps-do-rio.ghtml>. Acesso em 27 de fevereiro 2024.

17 Disponível em: <https://noticias.uol.com.br/cotidiano/ultimas-noticias/2023/10/09/alianca-cv-milicia-sinal-de-internet-crias-caca-a-rivals-rj.htm>. Acesso em 27 de fevereiro 2024.

18 Disponível em: <https://extra.globo.com/rio/casos-de-policia/noticia/2024/01/sem-uber-internet-e-tv-a-cabo-moradores-da-zona-oeste-denunciam-interferencia-do-trafico-e-da-milicia.ghtml>. Acesso em 27 de fevereiro 2024.

recorrer à casa de vizinhos para acessar o *wi-fi*. Essa situação é comum entre os jovens, mas também afeta adultos e idosos da comunidade. Além disso, nos chamou atenção, durante o relato, a falta de investimento em recursos digitais nas escolas da região, por parte do poder público. A participante V, mencionou que nas instituições de ensino da Vila Kennedy não há salas com computadores, e que a organização não governamental na qual trabalha teve que disponibilizar computadores e assistência para auxiliar as mães a matricularem seus filhos na creche e na escola. Como muitas não possuem computadores em casa, nem sequer sabem acessar o aplicativo para fazer a inscrição, isso demanda não só a disponibilidade de aparatos físicos como de pessoas.

Podemos observar que o acesso ao serviço de banda larga nas favelas é impactado tanto pela extensão territorial quanto pela violência local – um marcador social que dificulta a mobilidade dos moradores e o exercício de seus direitos como cidadãos e consumidores (Da Costa *et al.*, 2024). Neste contexto, é importante ressaltar, conforme Luiz da Silva e Márcia Leite (2007), que as favelas são atravessadas pela violência criminosa quanto pela presença policial.

Os pesquisadores concordam que a violência policial gera medo entre os moradores e aprofunda o isolamento deles. Além disso, as pessoas sentem medo da convivência da polícia com o poder local, conforme citação abaixo:

Denúncias de corrupção dos policiais são também recorrentes e fundamentam parte da desconfiança já mencionada. Os moradores apontam as práticas policiais de negociação, acordo e/ou extorsão dos traficantes como uma das principais razões do crime violento dominar suas localidades, desqualificando os argumentos do aparato de segurança quanto à “guerra” que está sendo travada nesses territórios. (Leite e Silva, 2007, p. 563)

Observa-se que a questão da violência é um marcador social que afeta a mobilidade dos sujeitos dentro do território e o acesso a serviços de qualidade. Isso é um dado relevante para pensar no serviço de Internet, pois, conforme dados divulgados pela Agência de Notícias do IBGE¹⁹, “88 % da população é usuária da rede, sendo que a conexão está disponível em 80 % dos lares do país”. Esse referencial corrobora os dados que citamos do Comitê Gestor da Internet sobre o aumento do acesso nos domicílios brasileiros. No entanto, devemos pensar na qualidade desse acesso e na forma como ele está sendo feito e gerenciado dentro das favelas.

Outro aspecto que influencia o acesso ao digital e aos dispositivos tecnológicos é o fator geracional. Segundo os dados levantados por meio do formulário digital, das 28 lideranças de favela que responderam ao questionário, metade delas ultrapassou a faixa etária dos 50 anos, estando com quase 60, sendo que duas têm 65 anos e

¹⁹ Disponível em <https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencia-noticias/2012-agencia-de-noticias/noticias/34954-internet-ja-e-acessivel-em-90-0-dos-domicilios-do-pais-em-2021>. Acesso: 27 de fev. de 2024.

uma possui 90 anos. Nas entrevistas com algumas lideranças, entre a faixa dos 55 a 90 anos, escutamos histórias sobre a dificuldade que os idosos possuem para se integrar à realidade digital. Os obstáculos vão desde a questão cultural, a formação educacional e ao uso do aparelho. Para muitos indivíduos idosos, é mais difícil assimilar e se integrar a essa realidade digital atual, seja por dificuldades relacionadas com as redes de comunicação extremamente desenvolvidas ou pelo próprio processo de envelhecimento (Farias *et al.*, 2015).

Na entrevista, a liderança C, da Vila Kennedy, que dá aula de iniciação a informática com celulares para idosos, relatou algumas dificuldades deles em preencher os formulários digitais, pois não possuem familiaridade com alguns termos como "mulheres cis, homens cis, pansexual e outros". Eles também não possuem e-mails ou não sabem ou lembram a senha, porque foi um parente que cadastrou no celular. Há ainda a ausência do pacote de dados que impede o acesso à internet, além do próprio manuseio com aplicativos.

Segundo o IBGE (2022), o Rio de Janeiro é um dos estados do país com o maior percentual de população idosa (IBGE, 2022). Ele representa o segundo maior do país com maior índice de envelhecimento, por isso os políticos estaduais e federais precisam pensar em maneiras de incluir esses sujeitos no espaço digital, pensar na localização desses indivíduos dentro do território e na sua inserção. Nomeia-se esse cenário como plataformização digital das políticas públicas e ganhou destaque na pandemia, evidenciando que as pessoas em situação de vulnerabilidade e os desconectados precisam receber apoio estatal (Gomes, 2020; Melo, 2023; Rachid *et al.*, 2023). Com o crescente aumento dos serviços públicos no ambiente digital, a exemplo da entrada na aposentadoria pelo Instituto Nacional do Seguro Social (INSS) ou a marcação de consulta pelo Sistema Único de Saúde (SUS), torna-se necessário garantir que os idosos tenham acesso a dispositivos como *smartphones* para que possam acessar esses aplicativos e o letramento digital para utilizá-los.

Segundo a líder comunitária D, que atua no município Belford Roxo, na Baixada Fluminense, houve a necessidade de criar estratégias para cadastrar os moradores do município no auxílio emergencial²⁰. Muitos não tinham acesso à internet e/ou celulares e precisavam de assistência com o formulário do governo. Para solucionar o problema, foi organizado um mutirão entre os moradores com celulares para ajudar aqueles sem acesso, além da criação de um espaço na ONG "Sim! Eu sou da rua do Meio" voltado para essa ação.

Desse modo, observa-se que o celular, por conta de diversas vantagens, acaba por se tornar o principal meio de acesso à internet pelas pessoas idosas. O custo finan-

20 Renda mínima paga pelo governo brasileiro a pessoas em situação de vulnerabilidade durante a pandemia da covid-19 no Brasil.

ceiro é inferior ao de outras tecnologias e seu uso mais fácil se comparado aos outros aparatos tecnológicos. E mais: podem ser usados em qualquer lugar, pois não demandam infraestrutura com fio. Esse contexto foi percebido durante a entrevista com a participante Z, liderança comunitária do morro de Vila Aliança, que pediu para que a entrevista fosse presencialmente porque o sinal de internet era ruim e não sabia manusear o aplicativo. No entanto ao chegar para a entrevista conosco, percebemos que a entrevistada Z possui familiaridade com algumas funções do celular e com os aplicativos instalados, como o aplicativo WhatsApp. Seu celular não parava de tocar, e ela atendia prontamente, informando que estava em uma entrevista. Ao longo da conversa, a liderança Z lembrou de um compromisso e ligou para o bisneto, pedindo que ele a representasse na reunião da associação dos moradores e a mantivesse informada sobre as decisões tomadas pelo celular.

Ao questionarmos sobre quem a ensinou a utilizar o WhatsApp para enviar mensagens de áudio e fazer ligações, ela revelou que aprendeu muita coisa sozinha, mas que o bisneto a auxilia em alguns momentos. Apesar de afirmar que não entendia nada de tecnologia, ficou evidente o quanto o celular era essencial no seu dia a dia para comunicação com a associação dos moradores, com os familiares e marcação de reuniões.

Ao analisarmos a interseção entre o território das favelas, a vulnerabilidade econômica dos idosos e o letramento digital, percebemos a importância do acesso à tecnologia. No entanto, há a necessidade de refletir sobre o uso adequado dessas ferramentas no cotidiano. A simples disponibilidade de acesso *não garante necessariamente um uso eficaz*, quando se trata de população vulnerável, como a de idosos em situação de desigualdade educacional que vivem em favelas. Torna-se relevante incluí-los e beneficiá-los por meio de políticas públicas digitais. De acordo com dados do EBC²¹, a taxa de acesso à tecnologia entre idosos com 60 anos ou mais é consideravelmente alta, com 32,5 % no Nordeste e 8,8 % no Sudeste (2024).

A ausência de educação formal não impede o contato com a tecnologia, uma vez que existem aplicativos de simples utilização. No entanto, ela pode dificultar a utilização plena dessas ferramentas tecnológicas, bem como a falta de familiaridade (hábito) pode representar um obstáculo significativo. Em um questionário direcionado a lideranças femininas negras de favelas, três entrevistadas com idades entre 53 e 65 anos mencionaram a necessidade de auxílio para aprender a utilizar redes sociais, sendo que uma delas tem ensino médio incompleto e as outras duas possuem pós-graduações.

Na entrevista com a líder comunitária D, moradora da cidade de Maricá, de 40 anos que possui ensino médio completo, foi observada a dificuldade da entrevistada em

21 EBC – Agência Brasil Disponível: <https://agenciabrasil.ebc.com.br/geral/noticia/2024-08/uso-de-internet-no-pais-cresce-mais-entre-idosos-mostra-ibge> Acessado: 26 de setembro de 2024

acessar a plataforma do Google Meet, chegando até a brincar sobre pedir ajuda aos “universitários” (seus filhos). No entanto, foi possível auxiliá-la durante a entrevista, que transcorreu bem.

Portanto, fica evidente que discutir o acesso à internet nas favelas e a utilização estratégica das TIC requer uma abordagem sensível às nuances do território e aos diversos sujeitos que ali habitam, incluindo os idosos, muitas vezes, negligenciados nesses processos, embora desempenhem um papel crucial de liderança comunitária nesse contexto. Dessa forma, a educação digital desse grupo se mostra essencial para que possam usufruir dos benefícios disponíveis a que têm direito.

Outro aspecto relevante é o fato de a maioria da população idosa ser composta por mulheres (IBGE, 2022). Em seu papel fundamental na sociedade, dados divulgados pela Agência Brasil (2023), declaram que a maioria dos domicílios no Brasil é chefiada por mulheres. Dos 75 milhões de lares, 50,8 % estão sob liderança feminina, o correspondente a 38,1 milhões de famílias. As mulheres negras lideram 21,5 milhões de lares (56,5 %) e as não negras, 16,6 milhões (43,5 %). Essa realidade apresenta-se nos escritos de Lélia Gonzalez através da pesquisa de Carmes Barroso. Para Gonzalez (2020), isso demonstra que essa realidade, sobretudo nas áreas urbanas, está articulada à pobreza, à questão racial e situação econômica familiar. Sendo a diferença salarial entre mulheres negras e brancas equivalente a 62 %²², esse déficit salarial na remuneração da mulher negra aflige toda a família, impondo uma tripla jornada: um primeiro, mais um segundo trabalho e a família.

Elas vivem uma rotina dividida entre o trabalho formal/informal e as obrigações familiares. Aquelas em papel de liderança nas comunidades se colocam em mais uma jornada (Bernardino-Costa, 2014). As lideranças que entrevistamos enfrentam este desafio: equilibrar família, trabalho (formal ou informal) e as demandas da comunidade. Como líder comunitária, chefe de família e trabalhadora informal, a história da participante D, moradora da região metropolitana do Rio de Janeiro, ilustra bem essa jornada de luta. Durante a entrevista, D se desculpou pelo cansaço manifesto em sua expressão, explicando que havia passado o dia na prefeitura resolvendo questões burocráticas para os moradores da comunidade. Havíamos marcado a entrevista para a parte da manhã. O compromisso na prefeitura, porém, obrigou-nos a realizar a reunião apenas à noite.

Para que pudesse cuidar das demandas da comunidade, a entrevistada D confessou que faltara ao trabalho. Seu relato nos fez questionar os desafios de ser uma liderança. Para entrevistada, a maior dificuldade é conciliar o tempo dos filhos, da comunidade e do trabalho. O papel de líder comunitário ocupa um espaço significativo em sua vida. Constantemente procurada pelos membros da comunidade, em

22 Disponível em: <https://agenciabrasil.ebc.com.br/radioagencia-nacional/economia/audio/2023-07/mulheres-negras-ganham-menos-do-que-mulheres-brancas-diz-pesquisa>. Acesso em 26 de fevereiro de 2024.

busca de resolver conflitos e questões; essa dedicação excessiva, por vezes a faz negligenciar as necessidades da família, o que acaba gerando cobrança dos filhos por mais atenção (hooks, 2023).

A história de D. nos remete à tarefa de ser liderança comunitária, chefe de família e mãe, tudo ao mesmo tempo. Na correria da vida, a líder, por vezes, acaba silenciando ou se esquecendo dos seus próprios desejos para cuidar e/ou zelar pelo coletivo. Cabe lembrar que a mulher preta em seu percurso histórico, como mostra Lélia Gonzalez (2020), carrega dentro de si essa responsabilidade de cuidar dos outros. Outra questão a se ressaltar é a especificidade das favelas como território essencialmente negro que abriga um grande contingente de mulheres negras. De acordo com o Instituto Brasileiro de Análises Sociais e Econômicas – Ibase (2022), 6,3 milhões de mulheres brasileiras vivem em favelas e 69 % delas são negras.

Com base no contexto urbano periférico e nos dados obtidos nas entrevistas em profundidade com as lideranças, constatamos que são vários os marcadores sociais que atravessam as mulheres de favela e o seu cotidiano tecnológico. Assim, levantamos alguns elementos que foram percebidos até o momento da escrita desse artigo. A visibilidade dessas questões segue a direção da interseccionalidade, pois visa demonstrar os diversos elementos que atravessam o corpo e esse território e que podem impactar no acesso à internet e às tics.

Resultados e discussões sobre os dados quantitativos

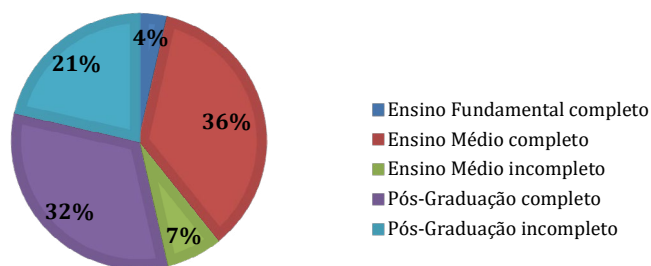
Após descrição e análise dos dados qualitativos, passamos para os resultados quantitativos coletados através do formulário digital. Conforme mencionado anteriormente, recebemos 28 repostas que abrangem quatro regiões do estado do Rio de Janeiro. Conforme indicado na Figura 1.

Figura 1: Território investigado



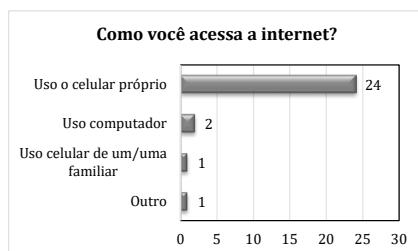
O formulário cobriu 5 áreas que compõem o Estado do Rio de Janeiro da Baixada Fluminense, capital, região metropolitana, baixadas litorâneas e Norte fluminense. Além disso, foram extraídas informações sobre a faixa etária das participantes, que variaram entre 34 anos a 90 anos. Esses elementos destacam a diversidade do estudo, que abrange mulheres negras que vivem em favelas do estado do Rio de Janeiro, para entender o acesso à internet e o uso das políticas públicas. Para isso, foi solicitando o nível escolar das participantes (Figura 2) e, de acordo com o levantamento, a 36 % concluiu o ensino médio (nível educacional anterior ao ensino superior no Brasil). Em seguida, notou-se um número predominantemente de mulheres negras que estão fazendo pós-graduações, das quais 32 % concluiu mestrados e doutorados e 21 % está em com o curso em andamento, portanto, incompleto.

Figura 2: Dados sobre a escolaridade das participantes



Esses aspectos destacam a diversidade social existente no território e questionam a representação midiática das favelas urbanas como espaços precários e com definições a priori negativas. O estudo mostra que as mulheres participantes da pesquisa *têm* interesse na área educacional, pois perceberam que a produção acadêmica, em diálogo com a produção coletiva local, possibilita a articulação de ações para mitigar o descaso do poder público na região. Nesse contexto, as questões relacionadas ao acesso digital e ao uso dos aparatos tecnológicos são fundamentais para compreender como os processos digitais interferem na sociabilidade dos indivíduos. Dessa forma, observamos que 85 % das participantes usam celular para acessar à internet (Figura 3).

Figura 3: Dados sobre dispositivos digitais



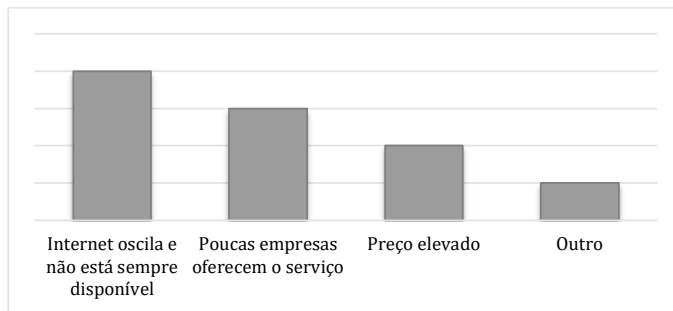
O celular, por vezes, é a única ferramenta de acesso, algumas entrevistadas consideram o dispositivo mais fácil de ser manuseado do que o computador. Essa questão requer uma análise aprofundada, levando em consideração a formação educacional e a faixa etária. Isso porque, em certos momentos, o uso do aparelho acaba sendo intuitivo, ou seja, os símbolos presentes facilitam o uso, especialmente entre pessoas com idades avançadas e pessoas sem instrução formal. Outro fator instigante desse processo é a qualidade do acesso, visto que, das 28 pessoas que responderam ao questionário, 20 (83 %) informaram que têm serviço de provedor na comunidade, enquanto 8 (34,2 %) disseram não ter esse serviço na região. Portanto, questionamos a qualidade desse acesso. Conforme a Tabela 1, o serviço foi classificado como razoável.

Tabela 1: Qualidade do acesso à internet

<i>Como você considera o acesso à internet na sua comunidade</i>	
<i>Qualificação</i>	<i>Percentual</i>
Bom	25,0 %
Excelente	3,5 %
Razoável	53,7 %
Ruim	17,8 %
Total	100 %

No entanto, apesar de 53,7 % considerar o acesso razoável, notam-se alguns problemas com esse serviço, como oscilação do sinal, poucas empresas na região, preço elevado e disponibilidade do serviço (Figura 4).

Figura 3: Dados sobre problemas no acesso digital



Essas informações revelam que, embora haja acesso à internet nas comunidades urbanas, o serviço é deficiente, o que pode prejudicar o desenvolvimento educacional dos estudantes, o compartilhamento de informações entre os moradores e o uso de serviços governamentais. Esses aspectos devem ser considerados pelas autoridades

ao formular políticas públicas, pois a falta de serviço adequado pode intensificar a desigualdade e o fosso social.

Considerações finais

O artigo revela a importância das mulheres como líderes nas favelas, atuando como ponte entre esses territórios e a esfera pública, na luta pela sobrevivência e garantia de direitos para suas comunidades. A escolha do estado do Rio de Janeiro como foco da pesquisa deve-se ao fato de que a cidade abriga as principais comunidades urbanas do país. Além disso, as favelas, devido à sua trajetória histórica, são espaços de resistência e locais de estratégias contra-hegemônicas. Essas ações ocorrem graças à coletividade dos moradores e ao conhecimento que eles adquirem, mesmo cientes das limitações econômicas, sociais e de infraestrutura que afetam o território.

O desejo de mudança dos moradores, especialmente das mulheres negras das favelas, que estão na base da pirâmide social brasileira, fundamentou o aporte teórico desta pesquisa. A análise mostrou que, apesar das lutas por sobrevivência desse grupo, um fator que precisa ser explorado é o acesso digital e o uso das TIC por esses indivíduos. Isso porque a falta de conexão digital tornou-se uma ferramenta que materializa a exclusão ou a desigualdade de acesso à informação, políticas públicas, benefícios sociais, qualidade de vida, educação, cultura, entre outros. Se entendermos que os processos socioculturais e socioeconômicos passam pela tecnologia, podemos supor que aqueles que não estão conectados e/ou não possuem qualidade de acesso terão suas desigualdades agravadas. A distribuição desigual do acesso à internet e aos meios materiais de existência – infraestrutura física, computadores, celulares, etc. – reforça as assimetrias sociais.

Os resultados expõem a escassez de oferta de serviços de internet e a baixa qualidade desses serviços, com problemas como oscilação do sinal, queda da conexão e velocidade insuficiente, muitas vezes atribuídos ao controle do território pelo crime organizado. A maioria dos participantes identificou os raros serviços existentes como inadequados devido a essas oscilações e indisponibilidades, especialmente nas comunidades urbanas das Baixadas Fluminense e Litoral, onde há reconhecimento de discriminação na prestação do serviço. Além disso, chama a atenção o fato de que todas as mulheres entrevistadas aprenderam a usar as redes sociais por conta própria, enquanto aquelas com mais de 50 anos têm menos probabilidade de terem feito isso. Essas respostas destacam questões como o etarismo e a exclusão digital, mostrando as consequências sociais da distribuição desigual de acesso a computadores e à Internet, bem como a importância do celular como principal dispositivo de comunicação.

Assim sendo, os dados do estudo ressaltam a relevância da conectividade para as mulheres, especialmente as líderes comunitárias, ao mesmo tempo em que destacam as deficiências da conexão existente. Essa análise pode indicar a necessidade de políticas públicas eficazes para garantir o direito ao acesso digital. Além disso, que a qualidade do acesso está intimamente relacionada a questões de gênero, raça e classe social. Portanto, é fundamental que as políticas de inclusão digital reconheçam a diversidade territorial, social, cultural, econômica e étnica, adaptando-se às necessidades da população e considerando os marcadores sociais presentes no espaço e o modo de vida dos habitantes.

Referências

- Agência Brasil (2023) Favela cresce demograficamente e movimenta mais de R\$ 200 bilhões. Números são do Data Favela 2023 Consultado 13 de junho de 2024: <https://shre.ink/DKoh>
- Agência IBGE Notícias. (2024, 27 de fevereiro). Censo 2022: número de pessoas com 65 anos ou mais de idade cresceu 57,4 % em 12 anos. Consultado 13 de junho de 2024: <https://shre.ink/DKoK>
- Almeida, M. (2022). *Devir quilomba*. Editora Elefante.
- Arretche, M. (2019). A geografia digital no Brasil: um panorama das desigualdades regionais. In L. F. R. de Andrade e M. C. S. de Souza (Eds.), *Desigualdades digitais no espaço urbano: Um estudo sobre o acesso e o uso da Internet na cidade de São Paulo* (pp. 29-48). Comitê Gestor da Internet no Brasil.
- Bernardino-Costa, J. (2014). Intersectionality and female domestic workers' unions in Brazil. *Women's Studies International Forum*, 46, 72-80. <https://doi.org/10.1016/j.wsif.2014.05.001>
- Bispo, A. (2023). *A terra dá, a terra quer*. Ubu Editora/ Piseagrama.
- Brum, E. (2021, 29 nov.). O que Audálio Dantas fez com Carolina Maria de Jesus? *El País*. (Acesso 25 de julho de 2024). <https://brasil.elpais.com/cultura/2021-11-30/o-que-audalio-dantas-fez-com-carolina-maria-de-jesus.html>
- Carneiro, S. (2023). *Dispositivo de racialidade: A construção do outro como não ser como fundamento do ser*. Zahar.
- Carvalho, C., e Netto, V. M. (2023). Segregation within segregation: Informal settlements beyond socially homogenous areas. *Cities*, 134, 52-75. <https://doi.org/10.1016/j.cities.2022.103193>
- CETIC.br. (2024, 8 de abril). Pesquisa TIC Domicílios 2023. Recuperado de <https://shre.ink/DKoA>
- Collins, P. (2022). Bem mais que ideias: a interseccionalidade como teoria social crítica. São Paulo: Boitempo.
- Collins, P e Bilge S. (2020). *Interseccionalidade- São Paulo* : Boitempo.
- Crenshaw, K. (2002). Documento para o encontro de especialistas em aspectos da discriminação racial relativos ao gênero. *Revista Estudos Feministas*, 10(1), 171-188. <https://doi.org/10.1590/S0104-026X2002000100011>

- Da Costa, K., Torres, A., Estramiana, J., Luque, A., e Linhares, L. R. (abril de 2024). Racial discrimination and belief in a just world: Police violence against teenagers in Brazil. *Journal of Experimental Social Psychology*, 74, 317-327. <https://doi.org/10.1016/j.jesp.2017.07.003>
- Farias, J., Vitor, T. L., Lins, P. V., & Pedroza Filho, L. E. A. (2015). Inclusão digital na terceira idade: um estudo sobre a propensão de idosos à adoção de tecnologias da informação e comunicação (TICS). *Revista Gestão e Tecnologia*, 15(3), 164-188. <https://doi.org/10.20397/2177-6652/2015.v15i3.776>
- Faustino, D, Lippold, W e A. Sergio. (2022). *Colonialismo digital: por uma crítica hacker-fanoniana*. Raízes da América.
- Fleury, S., e Menezes, P. (2022). Memória como direito à cidade: Dicionário de Favelas Marielle Franco. *Estudos Históricos (Rio de Janeiro)*, 35(76), 309-335. <https://doi.org/10.1590/S2178-149420220207>
- García-Canclini, N. (2004). *Diferentes, desiguales y desconectados: mapas de la interculturalidad*. Editorial Gedisa, S.A.
- Gonzalez, L. (2020). *Por um feminismo afro-latino-americano*. Zahar.
- Glebbeeck, M.-L., e Koonings, K. (2016). Between *morro* and *asfalto*: Violence, insecurity and socio-spatial segregation in Latin American cities. *Habitat International*, 54(1), 3–9. <https://doi.org/10.1016/j.habitatint.2015.08.012>
- Hooks. B. (2023) *Irmãs do Inhome*. WMF Martins Fontes
- Jesus, C. M. de (2015). *Quarto de despejo. Diário de uma favelada* (10a. Ed.; edição original de 1960). Attica.
- Junqueira, H. A., e Botelho-Francisco, R. (2021). Raça: dimensão interseccional das vulnerabilidades digitais. *Contemporânea | comunicação e cultura*, 19(3), 63–78.
- La Rue, F. (2011). Report of the Special Rapporteur on the Promotion and Protection of the Right to Freedom of Opinion and Expression, Frank La Rue: addendum. United Nations Digital Library. <http://digitallibrary.un.org/record/706200>
- Lima, M., e Prates, I. (2015). Desigualdades raciais no Brasil: um desafio persistente. In M. Arretche (Ed.), *Trajetória das desigualdades: como o Brasil mudou nos últimos cinquenta anos*. UNESP.
- Moura, C. (2020). *Quilombos: resistência ao escravismo* (2ª ed.). Expressão Popular.
- Museu comunitário da Providência (2021, 19 de março). Morro da Providência - O passado e o presente da primeira Favela da América Latina. Consultado: 13 de junho de 2024: <https://museumorrodaprovidencia.blogspot.com/>
- Nascimento, A. (2019). *O quilombismo: documentos de uma militância Pan-Africanista* (3ª ed.). Perspectiva.
- Nunes, N. R. A. (2015). Mulher de favela: a feminização do poder através do testemunho de quinze lideranças comunitárias do Rio de Janeiro (Tese de doutorado). Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, Departamento de Serviço Social.
- Nascimento, B. (2021). *Uma história feita por mãos negras: Beatriz do Nascimento*. Zahar.

- Olerj – Observatório Legislativo da Intervenção Federal na Segurança Pública do Rio de Janeiro (s. f.). Favelas cariocas. Consultado 13 de junho de 2024. <https://olerj.camara.leg.br/retratos-da-intervencao/favelas-cariocas>
- Instituto Brasileiro de Análises Sociais e Econômicas - IBASE. (2022). Favelas – uma condição urbana de caráter nacional. [Comunicação]. Consultado 26 de setembro de 2024. <https://shre.ink/DKox>
- Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística- IBGE (2022). Panorama do Censo 2022. Consultado 26 de setembro de 2022. <https://www.ibge.gov.br/estatisticas/sociais/trabalho/22827-censo-demografico-2022.html>
- Santos, M. (2001). *Por uma outra globalização: do pensamento único à consciência universal* Record.
- Silva, L. e Leite, M. (2007). Violência, crime e polícia: o que os favelados dizem quando falam desses temas? *Sociedade e Estado*, 22(3), 545–591. <https://www.scielo.br/j/se/a/bF6jffXLc7dtKTw6QZnmNrs/#>
- Souza, R. (2018). *Cria da favela: resistência à militarização da vida*. Núcleo Piratininga de Comunicação.
- Stevanim, L. F., e Murtinho, R. (2021). *Direito à comunicação e saúde*. Editora Fiocruz. <https://doi.org/10.7476/978655708108>
- UNESCO. (2007). *Operational Definition of Basic Education*. UNESCO, [acesso em 26 de setembro de 2024]. <http://www.unesco.org/education/framework.pdf>
- Warschauer, M. (2004). *Technology and social inclusion: Rethinking the digital divide*. MIT Press.
- Walsh, C., Oliveira, L. F. de, e Candau, V. M. (2018). Coloniality and decolonial pedagogy: To think of other education. *Education Policy Analysis Archives*, 26, 83. <https://doi.org/10.14507/epaa.26.3874>